



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – POLO PORTO VELHO – RO

INCLUSÃO EDUCACIONAL: ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NAS AULAS  
DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

Rosimeire Gomes Vital

PORTO VELHO – RO  
2012

INCLUSÃO EDUCACIONAL: ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NAS AULAS  
DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

ROSIMEIRE GOMES VITAL

Monografia apresentada como requisito parcial para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II do Curso de Licenciatura em Educação Física do Programa UAB da Universidade de Brasília – Polo Porto Velho – RO.

ORIENTADOR: OSÉIAS GUIMARÃES DE CASTRO

BANCA EXAMINADORA

---

---

---

## DEDICATÓRIA

*Esta pesquisa é dedicada a Deus pelo dom da vida, pela força diária, saúde e coragem que me concedeu durante essa árdua jornada e pela vitória tão almejada ao concluir este curso. A minha família pelo alicerce que me proporcionou para que chegasse até aqui.*

## AGRADECIMENTO

*Primeiramente ao nosso grandioso e soberano DEUS, pelas lutas e vitórias. Agradeço de coração a todos meus familiares, papai, esposo, filhos maravilhosos, irmãs, cunhado em especial. Por terem compreendido minhas aflições e anseios em concluir este curso e, principalmente, esta monografia, fico extremamente agradecida, pelas horas que todos dispensaram para lutar junto a mim com muito amor e carinho, e aqui participar desse mérito alcançado, que é a finalização deste curso.*

*Aos tutores e orientadores desta renomada Instituição de Ensino, que muito contribuíram para meu crescimento e desenvolvimento.*

*“E, como ele queria, assim como querem todos os mestres, eu tento também executar esse ideal em uma língua inteligível a todos, para que todos possam chegar facilmente à compreensão daquilo a que cheguei através de tantas angústias. No mundo não há certezas, nem mesmo em geometria, e se alguma coisa há, é aquela que está nos Evangelhos: Amai-vos uns aos outros”.*

*Lima Barreto*

## SUMÁRIO

	Página
1. INTRODUÇÃO .....	6
2. REFERENCIAL TEÓRICO .....	10
2.1. Contextualização Histórica .....	10
2.2. A Educação Inclusiva no Brasil .....	12
2.3. Fundamentação Legal para uma Educação Inclusiva no Brasil. ....	13
2.4. A Educação Física e a Educação Inclusiva .....	17
2.5. A Educação Física Adaptada .....	19
3. METODOLOGIA .....	22
3.1. Relatório de Pesquisa de Campo .....	22
3.2. Coleta de Dados .....	23
3.3. Apresentação dos Dados .....	26
3.3.1. Primeiro Eixo .....	26
3.3.2. Segundo Eixo .....	30
3.3.3. Terceiro Eixo .....	31
3.4. Análise dos Dados Apresentados.....	32
3.4.1. Primeiro Eixo .....	32
3.4.2. Segundo Eixo .....	35
3.4.3. Terceiro Eixo .....	37
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	39
REFERÊNCIAS .....	41
ANEXO I.....	44
ANEXO II.....	46

## 1. INTRODUÇÃO

O Parâmetro Curricular Nacional (PCN) de Educação Física apresenta os objetivos para a Educação Física, dentre os quais compreende: participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho de si próprio e dos outros, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais.

Esta pesquisa tem por desígnio abordar de forma específica o objetivo citado do PCN e analisar as práticas do professor de Educação Física em suas aulas no atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), bem como, investigar, através de entrevistas e questionários fechados, a metodologia de ensino e procedimentos utilizados pelo docente de Educação Física em suas aulas e a sua adaptação à metodologia da Instituição Escolar; descrever as dificuldades enfrentadas pelo docente de Educação Física quanto à inclusão dos alunos com NEE e identificar os critérios da aula inclusiva adotados pelo docente na busca de aperfeiçoamento pessoal e profissional quanto à inclusão de alunos com NEE, tornando assim uma pesquisa que servirá como dados levantados para que os professores de Educação Física possam fazer uma reflexão sobre como tem desenvolvido suas práticas devendo aprimorá-las ou se a prática analisada for considerada excelente, ser compartilhada com outros profissionais

Com a sensibilização inclusiva dos profissionais de Educação Física é importante que estes estejam preparados para receber e acolher estes alunos especiais juntamente com os demais, para que desenvolvam métodos e atividades prazerosas e satisfatórias para proporcionar aulas qualificadas a estes públicos, pois no âmbito escolar é visível que alguns educadores ainda não despertaram sobre a grande importância de envolver o aluno portador de deficiência em suas aulas, é sabido que exigem deste profissional o conhecimento e aplicação de habilidades adaptadas para que todos os alunos sejam envolvidos em suas aulas.

Desde o início dos primeiros estudos sobre a questão da educação inclusiva nas escolas públicas têm se falado muito das práticas dos professores



em sala de aula. Para os professores isto ainda é um grande desafio, quando se trata de incluir um aluno com deficiência em conjunto com os demais, e ainda devendo atender aos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) sem nenhum apoio, recursos e formação.

A LDB assegura dizendo que “a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar”, o que afirma que a Educação Física deverá também aliar-se a inclusão educacional que tem sido as condições expostas atualmente pela sociedade.

Os PCNs afirmam que “garantidas às condições de segurança, o professor deve fazer adaptações, criar situações de modo a possibilitar a participação dos alunos especiais”, sendo assim o professor como sendo o sujeito estimulador dos conhecimentos da área da Educação Física deverá propiciar aos alunos com NEE através de atividades adaptadas a inclusão dos mesmos em todo o processo de ensino e aprendizagem, deixando o modelo excludente como parte do passado.

Pesquisar sobre a inclusão educacional nas aulas de Educação Física é desencadear uma discussão sobre as necessidades que o professor possui para aprimorar estratégias e realizar adaptações de suas metodologias, para incluir os alunos com NEE sistematizando a educação inclusiva na Educação Física e legalizando sua prática pedagógica conforme regem as legislações em vigor.

Segundo as orientações da LDB e do PCN, como os professores de Educação Física da Escola Municipal de Educação Infantil Dr. Tancredo Neves, Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Guadalupe e Escola de Ensino Fundamental Professor Pedro Tavares Batalha tem desenvolvido suas práticas pedagógicas inclusivas com os alunos com NEE em suas aulas? Esta questão norteia a pesquisa a ser trabalhada.

A pesquisa teve sua hipótese baseada nos pressupostos teóricos de Pedrinelli, Baumel e Castro grandes estudiosos do tema. Segundo estes autores há características marcantes aos mestres que não incluem os alunos com NEE: uma atitude “segregadora” e a falta de conhecimento para atuar frente ao desconhecido.

O tema inclusão e integração ainda necessitam de estudos mais aprofundados e que permitam o desenvolvimento de suas respectivas influências e repercussões na prática educativa da Educação Física na escola regular.

O trabalho de coleta de dados para a pesquisa foi a prática pedagógica dos professores de Educação Física vinculados às Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental Dr. Tancredo Neves, Guadalupe e Professor Pedro Tavares Batalha em suas aulas, no atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE).

As atividades e experiências pedagógicas adaptadas consideradas satisfatórias, utilizadas para a integração dos alunos com NEE junto aos demais nas aulas de Educação Física das Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental Dr. Tancredo Neves, Guadalupe e Professor Pedro Tavares Batalha.

Esta pesquisa foi embasada nas pressuposições teóricas de Pedrinelli, Baumel e Castro, grandes estudiosos do tema, e para alcançar seus objetivos foi dividida em seis partes assim dispostas:

Na primeira parte será abordada a Contextualização Histórica, da educação das crianças especiais no decorrer da História da humanidade. Fatos como crianças deficientes que são abandonadas e até jogadas no esgoto, pois na Antiguidade e também período medieval as crianças especiais eram consideradas verdadeiros pesos para sociedade. Esta postura começa a mudar em 1620, com o aparecimento das ideias de Jean-Paul Bionet é considerado o precursor desta nova área de atuação.

Porém só haverá uma mudança de postura com o alvorecer do século XX é que os portadores de deficiências receberam atenção merecida, pois passaram a ser vistos como cidadãos com direitos e deveres de participação na sociedade, porém a forma escolhida para esta participação foi uma ótica assistencial e caritativa.

A segunda parte será tratada a educação inclusiva no Brasil, desde a Colônia até os dias atuais. Ficando claro que a postura da sociedade brasileira nunca foi diferente da europeia ou americana com relação à atenção aos especiais. Apenas no fim do século XX é que a postura em relação e educação inclusiva provoca um intenso debate e estudos com relação ao tema.

A terceira parte trata do arcabouço jurídico para uma Educação Inclusiva no Brasil, com início da Declaração dos Direitos Humanos assinado em 1948 e até Lei 9394/96, a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (.LDB), passando pela atual Constituição de 1988. Em todos estes regramentos jurídicos há uma clara preocupação em incluir os portadores de necessidades especiais a educação.

A Educação Física e a Educação Inclusiva serão tratadas na quarta parte do trabalho, onde a inclusão seria uma consequência de uma escola de qualidade, oferecendo aos alunos, oportunidades de conhecerem a si próprios e aos outros, respeitando o próximo e suas diferenças e convivendo na diversidade humana.

A quinta parte aborda a Educação Física Adaptada. Onde nos Parâmetros Curriculares Nacionais no que tange a educação física inclusiva trata sobre esta adaptação nas aulas da educação Física. Quando se trata de educação inclusiva não se trata apenas de incluir o aluno em sala de aula com outros alunos considerados “normais”, é também fazer adaptações de estruturas físicas possibilitando o acesso a todos os ambientes da escola, seja ele corredores, quadra de esporte, refeitório e demais ambientes frequentados por todos os alunos.

Enfim na última parte do trabalho será apresentada as considerações finais, onde findada análise dos dados da pesquisa, ficou claro alguns pontos que deverão ser ajustados na educação inclusiva entre elas a especialização do corpo docente de Educação Física para a prática pedagógica inclusiva, também a participação do corpo docente de Educação Física nas reuniões de planejamentos. e maior interação entre equipe gestora e os mesmos e intimamente uma análise mais elaborada de como a Educação Física inclusiva deva ser praticada, fugindo um pouco dos discursos teóricos perfeitos e indo ao encontro à prática possível.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. Contextualização Histórica

No decorrer da História a situação das crianças e pessoas especiais sempre foi tratada com um peso morto, que deveria ser extirpado do convívio social tendo em vista que devido a sua situação vista como degradada dificilmente conseguiria constituir família e principalmente não poderia participar do desenvolvimento econômico.

Na Roma Antiga as crianças deformadas eram jogadas nos esgotos. A deficiência, nessa época, inexistia enquanto problema, sendo que as crianças portadoras de deficiências<sup>1</sup> imediatamente detectáveis, onde a atitude adotada era da “exposição”, ou seja, ao abandono, ao relento, até a morte. (ARANHA, 1979; PESSOTI, 1984 apud NOGUEIRA, 2008, p.3).

Na Idade Média os deficientes encontravam abrigo nas igrejas, além deste “apoio” das Igrejas Católicas, nas cortes medievais os deficientes ganharam uma função: bobos da corte. Ou seja, a deficiência era tratada como ironia pelos nobres.

No reacender das luzes, com o Renascimento, século XV, a visão contra os portadores de necessidades especiais não melhorou muito, pois até o “protestante” Martinho Lutero defendia que deficientes mentais eram seres diabólicos que mereciam castigos para ser purificados.

Na verdade, a religião Ocidental Cristã, com toda sua força cultural na Europa e posteriormente no Novo Mundo, provocava esta degradação da dignidade dos especiais. A doutrina cristã ao colocar o homem como “imagem e semelhança de Deus”, ser perfeito, e encucava a ideia da condição humana como é incluindo perfeição física e mental.

Logo, não sendo “parecidos com Deus”, as pessoas com imperfeições eram postas a margem da condição humana. Observa-se que o consenso social pessimista, fundamentado essencialmente na ideia de que a condição de incapacitado, deficiente, inválido é uma condição imutável, levou a completa

---

<sup>1</sup> O termo Portador de deficiência aparece aqui por causa da citação no texto, mas hoje em dia é correto falar pessoas com portadores de necessidades especiais.

omissão da sociedade em relação à organização de serviços para atender as necessidades individuais específicas dessa população. (NOVA ESCOLA, 2001, p. 36).

Em 1247, na capital inglesa foi fundado o primeiro hospital psiquiátrico na Europa. Denominado *Bethlem Royal Hospital*. Na verdade de hospital só havia o nome, pois os pacientes eram tratados de forma desumana e humilhante a ponto da direção do dito hospital cobrar dos visitantes ingressos para assistirem ao circo dos horrores.

Mas, não só o Royal Hospital agia assim, pois todas as Instituições dessa época eram verdadeiras prisões e os internos não recebiam qualquer tratamento especializado nem tão pouco programas educacionais. As pessoas com deficiência físicas e mentais continuavam isoladas do resto da sociedade.

Apesar do exposto acima sobre tratamento quase desumano oferecido aos portadores de necessidades especiais, foi justamente na Europa que ocorreram os primeiros movimentos de preocupação por um atendimento aos deficientes.

Esta mudança de postura vai provocar o surgimento de intelectuais atuantes justamente para cuidar da teoria sobre o tema. Jean-Paul Bionet é considerado o precursor desta nova área de atuação. Foi dele a primeira obra impressa sobre a educação de deficientes, foi editada na França em 1620 com o título “Redação das Letras” e a “Arte de Ensinar os mudos a Falar”.

Do século XVII até o fim do século XIX o mundo passou por mudanças sociais, políticas e econômicas significativas, Revolução Americana, Francesa, Científica, Industrial entre outras. Contudo a forma de tratamento das pessoas com necessidades especiais não recebeu atenção significativa.

Com o alvorecer do século XX é que os portadores de deficiências receberam atenção merecida, pois passaram a ser vistos como cidadãos com direitos e deveres de participação na sociedade, porém a forma escolhida para esta participação foi uma ótica assistencial e caritativa.

Com o desenvolvimento tecnológico ocorrido no século XX, surge um novo paradigma, o homem na sociedade. Com base nesta compreensão, as atitudes para com os portadores de necessidades especiais, também se transformam nesta “nova sociedade, na medida em que vão sendo oferecidas oportunidades educacionais e de integração social até chegar aos dias atuais, em que sua

integração se efetiva ou está em vias de se concretizar”. (NOGUEIRA, 2008, p.4).

Neste contexto, não se pode afirmar que o período clínico/assistencialista possa ser considerado como uma prática apenas do passado. “O presente vê crescer e se fortalecer ideais da ética contemporânea: integração e direitos. O homem passa a ser pensado através das relações que mantém com outros homens na sociedade”. (NOGUEIRA, 2008,p.4)

## 2.2. A Educação Inclusiva no Brasil

No Brasil Colonial a Educação estava a cargo da Igreja Católica, do mesmo modo que na Europa do período. Sendo assim não havia grandes diferenças com relação ao atendimento dos portadores de necessidades especiais, tanto na Europa quanto no Brasil Colônia.

Um grande salto na mudança de postura sobre a educação inclusiva ocorre no Segundo Império, quando D. Pedro II, em 17 de setembro de 1854, inaugurou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Foi a primeira demonstração concreta da preocupação da Administração Pública brasileira com a inclusão dos portadores de necessidades especiais na educação.

No decorrer da República no Brasil registra que a questão da inclusão educacional nem sempre foi tratada de forma concreta e limitando em muitas vezes a artigos em Constituições ou mesmo Leis específicas, sem, contudo, haver uma cobrança e fiscalização para o cumprimento das referidas leis inclusivas.

O Brasil participou da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948 que aprovou a Declaração Universal de Direitos Humanos, que em seu artigo 1º atesta que “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Ainda em seu artigo 2º diz:

“Todo o homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”.

Fica claro no artigo citado acima que, todas as pessoas devem ser tratadas igualmente e a educação não pode ser excluída deste direito. Assim sendo o

Brasil começa a criar um arcabouço legal para que a educação inclusiva esteja na prática da sociedade brasileira.

### 2.3. Fundamentação Legal para uma Educação Inclusiva no Brasil.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, as Nações se uniram para evitar que novas atrocidades contra a humanidade fossem cometidas. A Declaração Universal de Direitos Humanos, em seu artigo 1º atesta que “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”.

Como o Brasil foi signatário a esta Declaração, automaticamente este regramento jurídico mundial foi inserido nas obrigações legais do Brasil, que entre elas estavam explicitamente a obrigatoriedade da não exclusão em todos os níveis. Pode-se afirmar que, a Declaração Universal de Direitos Humanos é a gênese do aparato legal brasileiro com relação à educação inclusiva.

No ano de 1961, o presidente João Goulart sancionou a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. A educacional especial aparece pela primeira vez no regramento nacional, com a denominação de Educação de Excepcionais, a Lei em dois artigos trata do assunto:

Art. 88. A educação de excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções.

Os artigos citados acima demonstram a preocupação em inteirar a educação “do excepcional” ao sistema geral da Educação. Também uma nova visão de como conseguir fazer com que a iniciativa privada participe deste processo, oferecendo empréstimos e subvenções para que seja alcançado este fim.

Em 1978, a Emenda Constituição (EC) Nº 12, de 17 de Outubro de 1978, determina o direito da pessoa deficiente conforme o artigo a seguir:

Artigo único - É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante:

I - educação especial e gratuita;

II - assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do país;

III- proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários;

IV - possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos.

Este artigo único da EC elaborado durante o regime militar vem inserir na Carta Magna pela primeira vez o tema. Tal situação vem demonstrar que mesmo durante um período de ditadura militar o assunto continuou vivo para a realidade brasileira.

Em 1982, foi aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas O “Programa de Ação Mundial para as pessoas com Deficiência”, de 3 de dezembro de 1982. Sobre o ensino o mesmo declara:

64. Pelo menos 10% das crianças têm alguma deficiência e não têm o mesmo direito à educação que aquelas que não a têm. Elas necessitam de uma intervenção ativa e de serviços especializados. Mas, nos países em desenvolvimento, a maioria das crianças deficientes não recebem nem educação especializada nem educação convencional.

65. A situação varia consideravelmente de acordo com os países; em alguns deles, as pessoas deficientes podem atingir um nível elevado de instrução; em outros, suas possibilidades são limitadas ou inexistentes.

66. O estágio atual dos conhecimentos registra uma grande amplitude no que diz respeito às capacidades potenciais das pessoas deficientes. Além disso, frequentemente não existe legislação que trate de suas necessidades e da falta de pessoal docente e de instalações. Na maioria dos países, as pessoas deficientes ainda não dispõem de serviços de educação para as diferentes fases da vida.

67. No campo da educação especial, tem-se conseguido progressos significativos e inovações importantes nas técnicas pedagógicas, havendo ainda muita coisa que pode ser feita em prol da educação das pessoas deficientes. Porém, na maioria das vezes, os progressos limitam-se somente a um número muito reduzido de países ou a alguns centros urbanos.

68. Tais progressos referem-se à detecção precoce, à avaliação e intervenção contínua nos programas de educação especial em situações diversas, tornando possível que muitas crianças com deficiências incorporem-se aos centros escolares comuns, enquanto outras crianças requerem programas especiais.

Em 1988, no Brasil, o interesse pelo assunto é provocado pelo debate antes e depois da Constituinte. A nova Constituição, promulgada em 1988,



garante atendimento aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Já, em 1989, a Lei Federal 7.853, no item da Educação, prevê a oferta obrigatória e gratuita da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino e prevê crime punível com reclusão de um a quatro anos e multa para os dirigentes de ensino público ou particular que recusarem e suspenderem, sem justa causa, a matrícula de um aluno.

Art. 2º - Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo único. - Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objeto desta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - Na área da educação

a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;

b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;

c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino;

d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar e escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educando portadores de deficiência;

e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;

f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino;

No dia 20 de dezembro de 1996 foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a conhecida LDB, que traz a Educação Física como componente curricular obrigatório. Nesta foi reservado um capítulo somente para tratar da Educação Especial, onde em seu artigo 59 determina que os sistemas de ensino devam assegurar aos educandos com necessidades especiais, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.

#### Da Educação Especial

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59º. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

Em 1997 foi aprovada pelo Conselho Federal de Educação a última versão dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, que foram apresentados num conjunto de dez volumes, como uma forma de subsídio para a escola elaborar seu currículo. Os PCNs apresentam orientações para todas as disciplinas, inclusive para a Educação Física:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física trazem uma proposta que procura democratizar, humanizar e diversificar a prática pedagógica da área, buscando ampliar, de uma visão apenas biológica, para um trabalho que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos alunos. (PCN/1998 p. 15)

## 2.4. A Educação Física e a Educação Inclusiva

No âmbito da Educação Física, a inclusão de alunos com NEE começou a ser tratada oficialmente através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação, onde prevê a atuação do professor na educação especial inclusiva.

Segundo Pedrinelli (1994), citado por Strapasson e Carniel (2007) “a Educação Física ganha ênfase não diferenciando seus conteúdos, mas oferecendo meios de aplicá-los respeitando a individualidade dos alunos com NEE e adequando metodologias, oferecendo a todos os alunos as mesmas oportunidades.”

Daí em diante os estudos, discussões e as políticas educacionais começaram a tratar a educação especial inclusiva como parte integrante de todo o processo pedagógico das escolas, inclusive nas aulas de Educação Física.

Com recentes estudos e abordagens sobre o teórico e a prática na Educação Física, novos conceitos diversificados foram extraídos da LDB e dos PCNs, visando assim, alcançar todos os alunos com uma educação igualitária e sem exclusão.

O que antes a Educação Física apresentava um modelo excludente, pois a aptidão física e o desempenho do aluno era o que se tinha de mais importante, agora esta deve desempenhar um papel importante no desenvolvimento global dos alunos, principalmente daqueles com NEE, tanto no desenvolvimento motor quanto nos desenvolvimentos intelectual, social e afetivo.

A LDB em seu Art. 26, § 3.º afirma que “A Educação Física está integrada à proposta pedagógica da Escola, é componente curricular da educação básica, ajustando-se às condições da população escolar”. Sendo assim, dentro de uma política inclusiva, a escola deve institucionalizar a educação física num processo de inclusão, regulamentando as metodologias e os objetivos de sua proposta pedagógica buscando uma educação para todos.

Partindo do princípio de que a Educação Física está inserida na Proposta Pedagógica Escolar, o professor deve proporcionar à criança com NEE a oportunidade de participar das aulas práticas de Educação Física, pois o mesmo necessita tomar parte de atividades que venham desenvolver a sua relação social, motora e afetiva.

Ghiraldelli (1992) diz que na organização escolar, a Educação Física tem ocupado um lugar secundário, frequentemente isolado das demais disciplinas. Há insuficiência de espaço físico, de material para a prática da mesma, porém nem tudo está perdido, pois toda esta situação leva ao professor de Educação Física a repensar a sua profissão, a desenvolver uma visão crítica dos conteúdos e práticas pedagógicas, a descobrir caminhos que orientam uma prática docente para atender às todos os alunos de forma inclusiva.

O professor de Educação Física pode se beneficiar do fato de a disciplina ser bem vista pelos alunos e ser um estímulo da participação em massa nas atividades motivadoras para desenvolver atitudes favoráveis a educação inclusiva.

Segundo Soares apud Marques, Da Silva e Da Silva (2008), “A Educação Inclusiva enfatiza a necessidade de integrar todas as crianças com necessidades em escolas regulares, para que os educadores possam receber essas crianças”. A Educação Física faz parte de um grupo de fatores importantes que evidenciam a necessidade de inclusão de todos os alunos portadores de NEE, e o profissional desta área deve permitir uma ampla participação.

A inclusão seria uma consequência de uma escola de qualidade, oferecendo aos alunos, oportunidades de conhecerem a si próprios e aos outros, respeitando o próximo e suas diferenças e convivendo na diversidade humana.

A contribuição efetiva da Educação Física neste processo de inclusão demanda atenção para superação de dificuldades que apresentam a educação inclusiva. A formação do profissional para incluir alunos portadores de NEE requer conhecimento das inúmeras diferenças de necessidades de adaptações para as mais diversas deficiências.

O professor que antes usava como recurso a “dispensa” do aluno da aula de Educação Física por este apresentar dificuldades nas realizações das atividades, com a educação inclusiva deve criar alternativas motivadoras e positivas buscando intensificar a participação deste aluno e promovendo a aprendizagem.

Essa mudança é simples? É claro que não. Na verdade é difícil encontrar professores que afirmem estar preparados para receber em suas aulas um estudante que necessite apoio pedagógico especial. A inclusão é um processo

cheio de imprevistos, sem fórmulas prontas e que exige cada vez mais constante aperfeiçoamento.

Mazzotta (2003, p. 11), define a educação especial:

A modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens. Tais educandos, também denominados de "excepcionais", são justamente aqueles que hoje têm sido chamados de "alunos com necessidades educacionais especiais".

## 2.5. A Educação Física Adaptada

MENEZES (2002) conceitua a Educação Física adaptada como um programa diversificado de atividades, jogos, esportes e ritmos, adequados aos interesses, capacidades e limitações do aluno com necessidades especiais.

O mesmo autor ainda afirma que o objetivo da Educação Física Adaptada é oportunizar ao aluno portador de NEE a ter diversas opções de esporte e lazer, demonstrando o impacto destas atividades na qualidade de vida, nos aspectos físicos, sociais e psicológicos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física para o Ensino Fundamental expressam, em seus objetivos gerais, a expectativa que os alunos sejam capazes de:

participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho de si próprio e dos outros, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais (p. 43); participar de diferentes atividades corporais, procurando adotar uma atitude cooperativa e solidária, sem discriminar os colegas pelo desempenho ou por razões sociais, físicas, sexuais ou culturais (p. 63); participar de atividades corporais, reconhecendo e respeitando algumas de suas características físicas e de desempenho motor, bem como as de seus colegas, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais (p. 71); conhecer, valorizar, apreciar e desfrutar de algumas das diferentes manifestações de cultura corpórea, adotando uma postura não-preconceituosa ou discriminatória por razões sociais, sexuais ou culturais (p. 72).

Desta forma, o professor deve oportunizar aos alunos especiais atividades adaptadas para que os mesmos participem e consigam desenvolver suas

potencialidades e habilidades, fazendo com que haja uma integração respeitada e aceita pelos outros alunos.

Neste contexto, é necessário mencionar a compreensão que o professor de Educação Física tem sobre como desenvolver aulas para incluir alunos com NEE, o que implica diretamente no processo de formação deste profissional que tem de ser formado para conhecer e aplicar conteúdos e desenvolver estratégias que estejam relacionadas com o que se pretende que ele venha a desenvolver em suas atividades, e para isto é necessária uma reformulação ou adaptação curricular para uma melhor formação.

Segundo dados do INEP a maioria dos cursos de graduação em Educação Física, em seus processos de reformulação, já inseriram a disciplina Educação Física Especial, denominada Educação Física Adaptada em seus currículos. Isto já é considerado um avanço na formação deste profissional, porém é necessário contestar o fato de apenas uma disciplina durante todo um curso de graduação ser o suficiente para que este profissional desenvolva conhecimentos para progredir na possibilidade de realização de adaptações nos recursos físicos, materiais, a fim de possuir as condições necessárias para trabalhar neste contexto.

Sabe-se que muitos dos professores que hoje lecionam, não tiveram em sua formação inicial ensinamentos suficientes sobre a Inclusão, e que um grande número de escolas não estão aptas para receber o aluno com NEE, o que dificulta ainda mais o processo de inclusão.

Neste sentido, é preciso levantar a questão do modelo de escola inclusiva que se tem no sistema de ensino atual, levando em contas todas as questões que envolvam a criação de um ambiente de aprendizagem no qual todos os alunos possam ser atendidos de forma igualitária mais considerando suas limitações.

A educação inclusiva tem os mesmos objetivos da educação de qualquer outro aluno, indiferente da complexidade de sua deficiência. Porém, para que estes objetivos sejam alcançados algumas alterações são necessárias na organização e no funcionamento da escola. A escola inclusiva deve estimular a ideia de que esta deva transformar-se para atender à diversidade e não basear-se no método da homogeneidade.

Stainback & Stainback (1990), sinalizam que a inclusão escolar de alunos que apresentam necessidades especiais educacionais implica necessariamente em mudanças no sistema de ensino e mencionam, neste sentido, a prática reflexiva como aspecto importante à consecução dos resultados almejados pela escola.

Quando se trata de educação inclusiva não se trata apenas de incluir o aluno em sala de aula com outros alunos considerados “normais”, é também fazer adaptações de estruturas físicas possibilitando o acesso a todos os ambientes da escola, seja ele corredores, quadra de esporte, refeitório e demais ambientes frequentados por todos os alunos. É também neste sentido que se faz necessária a definição de uma gestão administrativa democrática favorecendo ao interesse coletivo pelo atendimento aos alunos portadores de NEE, e nisto podemos incluir a capacitação de professores, planejamento de currículos, priorização de conteúdos, revisão da avaliação, e a garantia de recursos materiais necessários ao atendimento destes alunos, e para tanto a escola necessita do apoio de todos os envolvidos neste processo.

Sendo assim, é necessária uma intervenção na Proposta Pedagógica da Escola no que diz respeito à prática pedagógica inclusiva, onde os alunos com NEE possam ter oportunidades iguais em todo o desenvolvimento didático e pedagógico de todas as atividades desenvolvidas na escola.

Segundo Mantoan (2005), “A escola tem que ser o reflexo da vida do lado de fora. O grande ganho, para todos, é viver a experiência da diferença”.

Portanto, a inclusão de alunos especiais é uma realidade, que faz parte de nosso compromisso com a educação escolar inclusiva, que deve ser vista e considerada como um direito adquirido pelos alunos com NEE, para ter oportunidade de usufruir de igualdade social, educação e cultura.

Aguiar e Duarte (2005), afirmam que “a prática desportiva, quando usada sem os princípios da inclusão, é uma atividade que não valoriza a diversidade e que pode gerar sentimentos de satisfação e de frustração”.

Quando o professor de Educação Física planeja suas aulas para atender a todas as necessidades dos alunos, possibilita a compreensão das suas limitações e capacidades, o que ajuda na busca de uma melhor adaptação.

Reconhecer a importância da participação dos alunos com NEE no planejamento e no desenvolvimento de todo o processo pedagógico da escola com recursos a eles destinados será sem dúvida uma escola que pretende ser inclusiva e democrática.

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1. Relatório de Pesquisa de Campo

A presente pesquisa investiga a temática “práticas pedagógicas inclusivas nas aulas de Educação Física”, a partir do discurso dos professores de educação física juntamente com supervisores, orientadores e diretores da rede regular de ensino de 03 (três) escolas do município de Porto Velho.

Pela natureza da obtenção dos dados se faz necessário se ajustar às características do modelo da pesquisa participante, pois, a pesquisa participante segundo Grossi (1981, p.9 apud CERONI, 2011, p. 13):

“um processo de pesquisa no qual a comunidade participa na análise de sua própria realidade, com vistas a promover uma transformação social em benefício dos participantes que são oprimidos; sendo ainda, uma atividade de pesquisa educacional orientada para a ação. Em dado momento, a pesquisa participante foi vista como uma abordagem que poderia resolver a tensão contínua entre o processo de geração de conhecimento e o uso deste conhecimento, entre o mundo "acadêmico" e o "irreal", entre intelectuais e trabalhadores, entre ciência e vida”.

Foi selecionado este tipo de pesquisa pelo fato de melhor se adequar aos objetivos, pois, a pesquisa participante busca o envolvimento da comunidade na análise de sua própria realidade. Ela se desenvolve a partir da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas, é um processo de conhecer e agir.

As pessoas engajadas neste tipo de pesquisa, simultaneamente aumentam seu entendimento e conhecimento, com relação aos alunos com NEE que têm sido contemplados com seus direitos de participarem ativamente das aulas de Educação Física destas Instituições investigadas, bem como uma ação de mudança para que os professores que não estivessem envolvendo em suas aulas



estes alunos.

A pesquisa de campo precede à observação de fatos e fenômenos de forma direta da realidade. A coleta de dados terá como método a utilização de questionários e, finalmente, à análise e interpretação destes dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando a possibilidade de obtenção de uma solução ao problema analisado.

Assim sendo a coleta de dados através dos questionários irá possibilitar verificar se a prática em aulas de educação física das escolas analisadas está de acordo com a resposta dos professores nestes questionários analisados.

É comum um discurso de generalização acerca da inclusão de aluno com NEE na escola. Discurso este que tem por finalidade tornar comum a todos independente de suas diferenças e dificuldades. Porém a fala do entrevistado remete às fragilidades existentes nas escolas como a inexistência de políticas e práticas pedagógicas que estudam a questão no coletivo da escola e menos na condição de um professor em sua problemática isolada.

### 3.2. Coleta de Dados

No início deste relatório será apresentado os resultados da pesquisa de campo realizada nas três escolas de ensino da educação infantil e fundamental, pertencentes à rede de ensino do município de Porto Velho – RO.

As escolas utilizadas como laboratório estão situadas nas zonas norte e sul da capital rondoniense. A primeira escola analisada foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Pedro Tavares Batalha, situada na área urbana da cidade e tendo uma população da classe D e E. Atendendo nos três turnos, um total de 602 (seiscentos e dois) alunos dos quais 23 (vinte e três) são alunos com NEE. Para esta pesquisa a Escola citada acima será denominada de escola “A”.

A segunda escola, investigada foi a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Guadalupe, situada na área urbana da cidade contemplando em seu atendimento uma comunidade das classes C e D. A citada escola funciona nos dois turnos, matutino e vespertino, totalizando um número de 268 (duzentos e sessenta e oito) alunos sendo 13 (treze) com NEE. Para esta pesquisa a Escola citada acima será denominada de escola “B”.

A última escola pesquisada situada na zona sul da cidade, atendendo a uma população urbana da classe D e E. A referida escola funciona nos dois turnos, matutino e vespertino, atendendo 151 (cento e cinquenta e um) alunos, sendo 03 (três) com NEE. Para esta pesquisa a Escola citada acima será denominada de escola “C”.

Estas escolas atuam com a educação inclusiva, sendo que as escolas A e B possuem salas de atendimento ao ensino especial e recebem da Secretaria Municipal de Educação atendimentos itinerantes com uma equipe multidisciplinar. A escola C não possui sala de atendimento especial e tem realizado com o seu próprio corpo docente e coordenação pedagógica a integração de seus alunos com NEE a participarem tanto das aulas em sala como nas aulas de Educação Física, contudo apenas esta possui um profissional da área de Psicologia.

Para a realização da coleta de informações desta pesquisa contou-se com a colaboração de todos os professores de Educação Física, além dos coordenadores pedagógicos e diretores.

Para a coleta de dados da pesquisa de campo, foram aplicados dois questionários específicos, aos professores, coordenadores pedagógicos e diretores. Foi realizada no período compreendido entre 26 de Abril e 21 de maio de 2012. Estes possuíam perguntas fechadas e abertas, sendo um tipo aplicado para o professor de Educação Física e aos coordenadores pedagógicos e diretores das Instituições. Além dos questionários acima citados também se utilizou o método da observação direta da prática dos professores nas aulas de Educação Física.

No questionário do professor constaram 12 (doze) perguntas relativas à prática pedagógica, já no dos coordenadores pedagógicos e diretores apenas 10 (dez) perguntas concernentes à prática do professor de educação física e a sua participação no apoio pedagógico desta disciplina, tantos aos alunos chamados normais quanto aos alunos com NEE.

A primeira fase para a realização da coleta de dados e observação no laboratório foi solicitar autorização dos diretores das escolas visitadas para realizar a pesquisa e apresentar os objetivos da mesma. Após a autorização dos diretores e a sua consequente participação na pesquisa respondendo as questões apresentadas, foram distribuídos os questionários aos coordenadores e

professores.

Cabe ressaltar que parte dos professores respondeu no mesmo dia, alguns em forma de entrevista perante o pesquisador, contudo outros o fizeram em momento diferente e mediante apresentação do questionário por coordenadores ou diretores das escolas com os quais ficaram alguns questionários para que fossem posteriormente devolvidos.

Nos questionários direcionados aos professores de Educação Física foram abordadas a formação acadêmica, especialização, seu conhecimento sobre a inclusão e se atuam na educação inclusiva. Aprofundando mais na atuação da prática pedagógica temas inerentes à flexibilização e adaptações dos conteúdos para atender tanto aos alunos ditos normais quanto aos com NEE.

Para as coletas de dados junto aos coordenadores pedagógicos e diretores a pesquisa acima citada foi adaptada para que fosse possível verificar o grau de envolvimento e conhecimento destes sobre o processo de inclusão nas suas referidas escolas.

As condições e a estrutura física das escolas para o acolhimento de crianças com NEE são pontos importantes a serem observados, as quais duas escolas, apresentam ambientes acolhedores e receptivos capazes de atender a este público com ricos materiais e amplos espaços físicos disponibilizados para estes alunos.

Através da observação direta da realidade das escolas pesquisadas, percebeu-se que: as condições em que a inclusão tem se processado na escola e nas aulas de Educação Física, o tipo de orientação disponibilizada aos professores para auxiliá-los com os alunos com NEE, os recursos humanos e pedagógicos existentes, a inclusão e o desempenho dos alunos com NEE, as flexibilidades que as professoras têm realizado em suas aulas práticas, a reação e o acolhimento dos alunos sem NEE ao contato com alunos com NEE, a percepção dos entrevistados quanto às estratégias necessárias para auxiliar este público, o verdadeiro e sincero significado das experiências com a educação inclusiva e as mais diversas dificuldades que enfrentam para incluir os alunos com NEE.

### 3.3. Apresentação dos Dados

A apresentação dos dados coletados foi realizada visando-se a obtenção inerente aos objetivos da pesquisa, sendo realizada uma análise qualitativa e quantitativa das respostas adquiridas através dos questionários propostos. A análise das perguntas fechadas incidiu na interpretação das estatísticas descritivas, de maneira que se pudesse alcançar um entendimento explícito de como os dados estavam difundidos e como se diferenciavam por questões.

As pessoas envolvidas nesta pesquisa na forma de entrevistados serão docentes de Educação Física e diretores, vice-diretores, supervisores e orientadores que aqui serão denominados apenas como equipe técnica.

Esta apresentação de dados coletados foi dividida em três eixos temáticos para melhor análise posterior dos dados.

No primeiro eixo foi questionado sobre a formação e nível de conhecimento de todo o público alvo, independente da função. No segundo Eixo, foi pesquisado sobre suporte pedagógico oferecido pela Instituição de ensino. Finalmente o último Eixo as questões sobre a prática pedagógica no atendimento aos alunos com NEE nas aulas de Educação Física.

#### 3.3.1. Primeiro Eixo

Neste Eixo será abordada a função ocupada na escola e a formação de todos os entes participantes da pesquisa, independente da sua função ou formação. Também será apresentado neste Eixo o tempo de atuação destes profissionais junto à educação inclusiva. O nível de conhecimento do pesquisado sobre o tema, a educação inclusiva, finalizam este eixo.

O primeiro dado a ser investigado através de entrevistas foi a função dos participantes da pesquisa, cujo resultado consta na tabela 01.

Tabela 01: Função dos participantes da pesquisa.

Função	N
Diretores ou Vice-diretores	06
Supervisores	03
Orientadores	03
Professores de Educação Física	08

Fonte: Dados adquiridos nas 03 (três) Escolas.

Maior parte dos entrevistados consistiu em professores de Educação Física, foi verificado que nenhum deles possui Especialização em Educação Especial.

Tabela 02 – Formação acadêmica dos entrevistados

Função	Graduação	N	%
Diretores ou Vice-Diretores	Pedagogia	04	66,68
	Letras Espanhol	01	16,67
	Geografia	01	16,67
Supervisores	Pedagogia	03	100
Orientadores	Pedagogia	02	66,66
	História	01	33,33
Professores de Educação Física	Educação Física	08	100

Fonte: Dados adquiridos nas 03 (três) Escolas.

Na tabela 02, pode-se observar que todos os entrevistados possuem formação acadêmica, sendo que entre a equipe técnica a maioria possui graduação em Pedagogia.

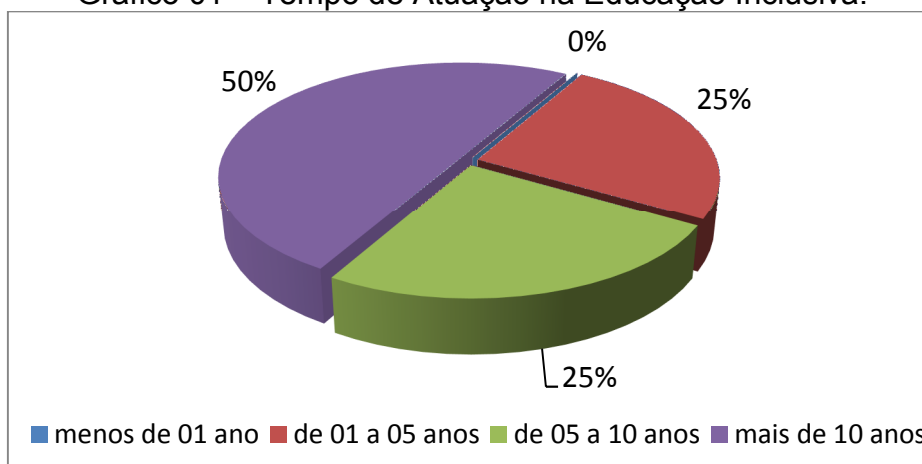
No âmbito da supervisão e orientação escolar verificou-se que todas as escolas analisadas possuem nas funções ou pedagogos ou graduados de outra formação, porém com especialização em gestão escolar.

Para a equipe técnica perguntou-se sobre o conhecimento deles quanto a formação dos profissionais da escola para atender aos alunos com NEE, 100% afirmaram que a escola possui equipe preparada e habilitada para este

atendimento.

Em relação aos professores de Educação Física, todos os entrevistados são graduados em Educação Física.

Gráfico 01 – Tempo de Atuação na Educação Inclusiva.



Ao observar os dados inseridos no gráfico 01, ressalta-se que todos os pesquisados atuam na Educação Inclusiva há mais de 01 (um) ano, sendo que a metade já atua há mais de 10 anos.

Em relação à questão levantada na pesquisa – “O que você entende por Inclusão?” – todos os pesquisados responderam apresentando parcialmente os princípios básicos que definem o conceito de inclusão.

Na referida questão, destacam-se três respostas:

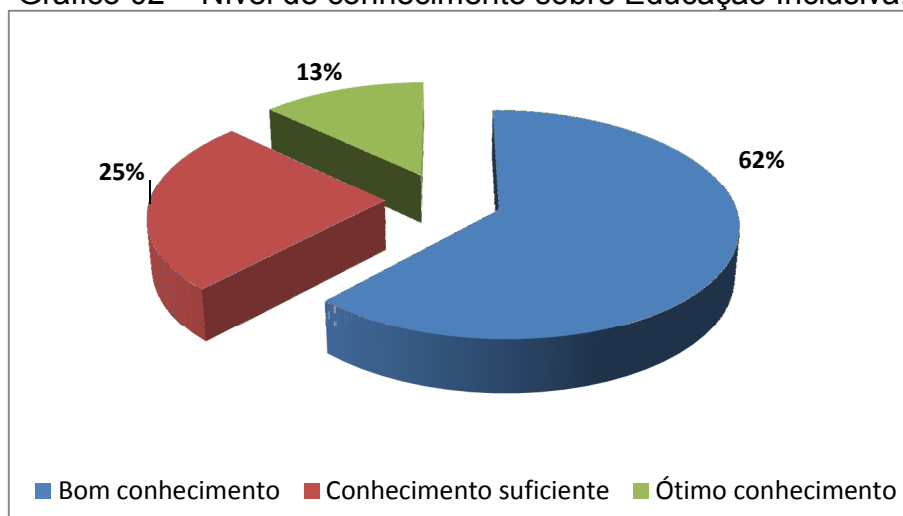
Na primeira, onde é apresentada uma abordagem mais política sobre o assunto. Uma das diretoras entrevistada afirma que:

“é a democratização do espaço escolar, no sentido de atender a todos de maneira igualitária, independente de diferenças culturais, características físicas, sociais, etnias, religiosas, gênero e/ou deficiências”

Um professor entrevistado respondeu que “fortalecer e aceitar as diferenças individuais, contribuindo e construindo um mundo de oportunidades para todos”, ou seja, uma esperança de construção de um “mundo melhor”.

Outro professor destacou, a resposta é bastante simples para um tema tão complexo. O educador afirma que “é quando os alunos têm a possibilidade de frequentar e aprender em um mesmo ambiente ou turma”.

Gráfico 02 – Nível de conhecimento sobre Educação Inclusiva.



Foi levantando, apenas para os docentes, o questionamento sobre o nível de conhecimento sobre a Educação Inclusiva para a elaboração de aulas que possam incluir alunos com NEE, 62% responderam que possuem bom conhecimento, 25% que possuem conhecimento suficiente para a elaboração das aulas e 13% responderam ter ótimo conhecimento.

Tabela 03 – Fonte de conhecimento sobre Educação Especial e/ou Educação Física Adaptada

Fonte	N	%
Graduação	20	100
Pós-graduação	05	25
Curso de extensão	02	10
Palestras	18	90
Leituras	17	85

Na tabela 03, apresenta quando os entrevistados tomaram conhecimento da Educação Especial e/ou Educação Física Adaptada, e se houve prosseguimento deste conhecimento. Assim sendo, verifica-se que todos os participantes obtiveram conhecimentos sobre o assunto no decorrer de sua graduação.

Neste questionamento verificou-se que o assunto estudado na graduação não foi suficiente para encerrar todas às dúvidas, pois todos buscaram uma forma de aprimorar o conhecimento sobre o objeto da pesquisa.

Assim sendo, 25% ampliaram seus conhecimentos por meio de pós-graduação, 10% por meio de cursos de extensão, 90% por meio de palestras e 85% por meio de leituras independentes.

Em relação à questão aberta número 5 (cinco) – A Educação Física pode assegurar igualdade de oportunidades para as crianças com NEE, todos os entrevistados afirmaram que a Educação Física proporciona esta oportunidade quando cria estratégias para incluir esses alunos especiais, reconhecendo suas habilidades individuais.

Na referida questão, destaca-se a seguinte resposta: “na Educação Física existe possibilidade de adequação das atividades propostas a todos os públicos”. Ou seja, a Educação Física é uma porta para a inclusão e solidariedade no âmbito escolar.

### 3.3.2. Segundo Eixo

Neste Eixo, será apresentado sobre suporte e apoio pedagógico bem como a estrutura física oferecida pela Instituição de Ensino para a prática das aulas de Educação Física incluindo os alunos NEE. Há duas visões antagônicas sobre o assunto: de um lado a Equipe Técnica e de outro os professores de Educação Física.

O questionamento sobre o apoio recebido pela escola para a prática de uma Educação Física inclusiva junto aos docentes, o resultado foi que 100% afirmaram que não recebem qualquer tipo de apoio pedagógico seja material adaptado ou mesmo com relação estratégias de atividades.

Contudo há uma divergência total quanto à resposta das equipes técnica, pois estes asseguraram que oferecem total apoio material e suporte pedagógico quando solicitado, com sala de recursos para atendimento educacional especializado inclusive.

Também foi informado que há verbas para serem aplicados justamente para esta finalidade. Mas, duas equipes técnicas das escolas pesquisadas informam que os recursos ainda não são suficientes para adequar a estrutura física, mais especificamente as quadras poliesportivas, para estas atividades.

Os corpos docentes das Escolas pesquisadas, quando questionados sobre



as necessidades para cumprir o previsto em Lei, informaram que: 100 % há necessidade de adequação da estrutura física da escola; 100% há necessidade de uma maior preparação dos professores de Educação Física para a prática de educação inclusiva;

Finalmente, 25 % informou que se faz necessário uma participação individual dos professores para alcançar o objetivo. Dedicação, sensibilização e até afetividade foram alguns dos pontos que estes educadores citaram como requisitos básicos para uma prática inclusiva.

### 3.3.3. Terceiro Eixo

As questões sobre a prática pedagógica no atendimento aos alunos com NEE nas aulas de Educação Física, onde tanto equipe técnica quanto corpo docente das escolas foram pesquisadas.

A primeira abordagem foi feita para a equipe técnica, onde foi questionado se há prática de Educação Física inclusiva no estabelecimento de ensino onde estas atuam.

As respostas das equipes técnicas foram que de que todas desenvolvem atividades inclusivas e que tais práticas têm colaborado para um sentimento de união, respeito mútuo e ainda um espírito solidário.

O questionamento junto ao corpo docente foi diferenciado, tendo em vista que já era sabido que há atividades inclusivas nas práticas de Educação Física. Contudo para este público a pergunta foi outra: qual a prática pedagógica para a inclusão dos alunos com NEE?

A maioria, cerca de 60%, responderam que utilizam de metodologias idênticas em suas aulas com ou sem alunos NEE presentes.

No entanto, 38% dos pesquisados disseram fazer uso de metodologias específicas para aulas com alunos NEE, sem alteração ou mesmo diminuição nos conteúdos e carga horária para com os alunos NEE.

Com relação às atividades físicas nas aulas de Educação Física inclusiva, foi questionado apenas ao corpo docente. Quais as que geram um maior aproveitamento, tanto motor quanto afetivos, aos alunos com NEE.

O resultado foi unânime, ou seja, todos praticam as mesmas atividades

para alcançar um rendimento melhor. Foram citados como práticas: Atividades recreativas, tradicionais, lúdicas e jogos cooperativos.

Finalmente, a última questão, também exclusiva ao corpo docente, aborda sobre a importância da educação inclusiva para com os alunos com NEE e a sua participação na comunidade escolar.

Todos os docentes afirmaram que a prática da Educação Física para o público com NEE favorece totalmente a sua inserção e consequentemente uma maior participação na comunidade escolar, exemplificando este levantamento, a resposta de um docente enquadra totalmente as afirmações dos demais: “porque o ambiente da Educação Física pode ser um espaço democrático e propício à promoção da inclusão e interação respeitando as adversidades”.

### 3.4. Análise dos Dados Apresentados

Concluída a coleta de dados e posterior apresentação acima, serão analisadas por Eixos conforme a apresentação dos dados no item 5.3. Sendo assim serão divididas em três Eixos assim dispostos:

No Primeiro Eixo onde foi verificado que todos os profissionais de Educação Física das escolas pesquisadas estão devidamente graduados e afirmam ter conhecimento com relação a educação inclusiva.

No Segundo Eixo, verificou-se que há um antagonismo com relação as dificuldades dos professores de Educação Física nas práticas inclusivas das aulas de Educação Física e o discurso de apoio pedagógico e material disponibilizados pela equipe gestora para esta finalidade.

Finalmente no Terceiro Eixo, vai ser analisada a prática propriamente dita da educação inclusiva da Educação Física nas escolas pesquisadas.

#### 3.4.1. Primeiro Eixo

Primeiramente percebeu-se que todos os sujeitos participantes da educação nas escolas pesquisadas, são formados nas suas respectivas áreas de atuação e principalmente atuando em suas devidas funções.

Este dado inicial é relevante tendo em vista que, não será por motivos de falta de aprimoramento técnico ou mesmo conhecimento que a prática de Educação Física inclusiva não será oferecida de forma a atender o público com NEE.

Contudo embora na LDB a educação inclusiva seja uma prática obrigatória verificou-se que, mesmo sendo os professores de Educação Física 100% graduados, não há neste público atuante especialista na área de educação inclusiva. Há um paradoxo entre a obrigação legal e a prática possível. Cabe ressaltar que, embora os professores não possuam cursos especializados todos eles demonstraram sua preocupação com o tema e buscam subsídios para enriquecer sua atuação com a prática inclusiva, conforme será verificado no Eixo Temático 3.4.2.

O conhecimento e entendimento de inclusão apresentado demonstrou que há uma aparente teorização sobre o tema, contudo, ficou claro que, o assunto não é tratado com uniformidade, pois alguns questionamentos apresentaram conceitos extremamente amplos que prejudicam uma verdadeira análise específica.

Nas questões abertas percebeu-se uma preocupação maior em um discurso politicamente correto do que com uma prática condizente, principalmente na questão relacionada à Educação Física inclusiva. Resposta do tipo “democratização do espaço escolar” e “contribuindo e construindo um mundo de oportunidades para todos” são exemplos claros da preocupação acima abordada que extrapolam a prática inclusiva de Educação Física.

Com relação à questão do nível de conhecimento ficou uma preocupação com o resultado: a maioria relatou que tem bom, ótimo ou conhecimento suficiente, deixando um aspecto de que não há necessidade de buscar a especialização. Não houve algum profissional que assumiu não possuir nenhum conhecimento sobre o tema em questão.

A preocupação sobre os dados relatados acima é que estes profissionais acabem transferindo as possíveis falhas para as estruturas, faltas de materiais, de apoio pedagógico da equipe gestora, e nunca da necessidade destes buscarem um aprofundamento. Com isto é possível realizar uma correlação com o que diz Ghiraldelli (1992), quando diz que a Educação Física ocupa um lugar secundário

na escola, com insuficiência de espaço físico e material para a sua prática, porém levanta uma esperança dizendo que esta situação deveria fazer com que o professor repense a sua profissão, desenvolvendo uma visão crítica dos conteúdos e práticas pedagógicas, a fim de descobrir caminhos para orientar uma prática pedagógica de forma a atender todos os alunos.

A comprovação da deficiência acima levantada vem com os dados do questionamento sobre como os entrevistados tomaram conhecimentos sobre a educação especial. Nesta verificou-se que, apenas 25% fizeram cursos de especialização sobre o tema, contudo, nenhum destes, eram professores de Educação Física.

O fato dos profissionais em Educação, da área de Educação Física, não buscarem um aprimoramento maior vai comprovar a real necessidade de haver um maior envolvimento destes com a área pedagógica, que parece não estar acontecendo de fato.

É relevante que embora não tenham buscado uma especialização quase a totalidade dos professores procurou um aprimoramento do assunto através de “oficinas pedagógicas” oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação. Estas oficinas deveriam apenas ser um provocador da questão para que posteriormente fosse aprofundada, mas, as mesmas estão se tornando, na visão dos professores de Educação Física verdadeiros cursos de capacitação, o que demonstra um erro gravíssimo.

Em relação ao aspecto levantado sobre o questionamento se a Educação Física pode assegurar igualdade de oportunidades para as crianças com NEE, houve uma unanimidade sobre a importância da inclusão. Todos aceitaram a prática como um degrau de ascensão social ou mesmo psicológica dos alunos com NEE.

Enfim, o Primeiro Eixo pode ser concluído que, todos os profissionais envolvidos com a educação estão devidamente informados sobre o tema, embora especificamente os professores de Educação Física necessitem de uma ampliação ou reforço de uma educação continuada, para este fim. Entende-se que a autossuficiência apresentada por estes pode ser um fator inibidor para buscá-la de um melhor aprofundamento.

Após a análise do levantamento de dados da formação dos professores de Educação Física é interessante destacar o que dizem Baumel e Castro (2003) onde afirmam que é preciso estabelecer aos professores um processo de desenvolvimento profissional, inovando a prática pedagógica com novas possibilidades de recursos e materiais para o ensino de todos os alunos. Além disso, ressaltam a importância da contínua busca pelo aperfeiçoamento pessoal e profissional do professor.

Convém ressaltar que, todos os pesquisados declararam que a inclusão educacional realmente melhora o nível de vida dos alunos com NEE. Sendo assim, todos deveriam se preocupar em oferecer a melhor condição para estes alunos e o início certamente é um professor bem mais capacitado ou qualificado.

#### 3.4.2. Segundo Eixo

Neste momento o suporte pedagógico bem como as condições físicas do espaço disponibilizado à prática da Educação Física, será devidamente ressaltada na pesquisa.

Foi neste momento que se verificou uma ampla diferença de visão dos entrevistados sobre as dificuldades elencadas para a prática inclusiva das aulas de Educação física, onde a equipe gestora acredita estar oferecendo todo arcabouço possível e o corpo docente afirmando que não há recursos materiais nem tão pouco estruturais para uma aula satisfatória.

Esta diferença de visão foi um dos pontos mais conflitantes no trabalho de pesquisa, pois a totalidade dos professores culpa de forma indireta a equipe gestora, pois é desta a obrigação de suprir tanto materialmente, quanto estruturalmente e ainda pedagogicamente os professores de suas necessidades. Estes afirmam que não têm sido atendidos.

Contudo a equipe gestora afirmou que disponibiliza recursos e materiais para que haja condições satisfatórias para uma prática pedagógica inclusiva em todos os níveis. Há um reconhecimento que, a estrutura física das escolas poderia ser melhorada para a Educação Física, contudo, nada impede que esta seja praticada.

Sobre este Eixo abordado, todos os professores relataram que há uma necessidade de uma maior preparação dos professores de Educação Física para a prática de educação inclusiva. Esta afirmação dos docentes vai em direção contrária à resposta dada pelos mesmos quando questionados sobre o nível de conhecimento sobre o assunto tratado no Eixo anterior. Enquanto nesta, eles afirmavam ter pleno conhecimento sobre o assunto, naquela afirmam que necessitam de uma maior preparação.

Antes de concluir o questionamento acima, convém incluir neste momento a resposta de outra pergunta aos professores quando questionados sobre as necessidades para cumprir o previsto em Lei, somente 25% informaram que, se faz necessário uma participação individual dos professores para alcançar objetivos.

Assim sendo, verifica-se uma variável marcante na questão problema: o indivíduo professor de Educação Física. É evidente que, não se pode colocar no ombro do professor a culpa das falhas da não aplicação da Educação Física inclusiva satisfatória, contudo a necessidade do aprimoramento e o de assumir esta responsabilidade deve ser imputado exclusivamente ao professor. Sobre isto a Administração Pública deve prover de meios para esta finalidade.

Finalizando este Eixo, observou-se que há uma verdadeira necessidade de aprofundamento no que discursam o corpo gestor e as palavras dos docentes. Não é possível haver em um mesmo ambiente tamanha discordância. Acredita-se que, por não participarem dos planejamentos em conjunto com todo o corpo docente os profissionais de Educação Física ficam alheios a todos os recursos disponíveis na escola. Estes de todos os níveis, tanto materiais quanto pedagógicos, e ainda mesmo de apoio de estratégias possíveis construídas pelo corpo pedagógico da Escola.

Esta falha acima fica visível quando todos os professores de Educação Física, acreditam não haver recursos suficientes e basearem suas conclusões pelo espaço físico da escola, este sim, assumido pela equipe gestora que independe propriamente da escola. O que se verificou verdadeiro, pois a maioria dos integrantes da equipe gestora informou haver recursos e condições de apoiar as aulas de Educação Física.

Enfim, percebe-se que, há recursos, há vontade, há percepção que o espaço físico não é o ideal, mas sim, o possível para a prática inclusiva de Educação Física, porém percebe-se que há falta de comunicação entre os sujeitos envolvidos no processo do ensino e aprendizagem do aluno.

#### 3.4.3. Terceiro Eixo

Neste último Eixo será abordado o atendimento aos alunos com NEE nas aulas de Educação Física com as práticas necessárias para esta finalidade.

A primeira questão problema levantada neste Eixo alcançou a totalidade da pergunta se há prática de Educação Física inclusiva no estabelecimento de ensino onde estas atuam. Esta resposta demonstra que embora com deficiência a intenção do Poder Público em buscar uma educação inclusiva tem sido alcançada, inclusive no que tange a Educação Física.

Sobre a metodologia aplicada nas aulas de Educação Física, percebeu-se que a maioria (60%) mantém metodologias idênticas para as aulas com ou sem alunos com NEE. Esta afirmação demonstra a falta de conhecimento teórico por parte dos professores, pois, conforme estudos não é possível seguir a mesma metodologia havendo necessidade de uma adaptação nas estratégias de ensino, como afirma Pedrinelli (1994) citado por Strapasson e Carniel (2007), “a Educação Física ganha ênfase não diferenciando seus conteúdos, mas oferecendo meios de aplicá-los respeitando a individualidade dos alunos com NEE e adequando metodologias, oferecendo a todos os alunos as mesmas oportunidades”.

Ainda seguindo este prisma da metodologia aplicada, a minoria (38%) afirmou que seguem métodos específicos para aulas com alunos com NEE. Porém também neste universo verificou-se uma mudança quase que empírica e não científica, pois os professores utilizaram como fórmula ou a simples diminuição da carga horária ou ainda do conteúdo sem uma teoria aplicada.

Neste momento verifica-se que, embora todas as escolas estejam praticando a educação inclusiva, nota-se que esta aplicação tem sido um tanto elementar, onde o indivíduo professor é que tem definido como e quando atuar sem um acompanhamento mais especializado.

Quando questionado sobre os procedimentos utilizados para as atividades de Educação Física inclusiva, o resultado foi que todos os docentes utilizam-se de atividades recreativas, tradicionais, lúdicas e jogos cooperativos.

Finalmente, este Eixo pode ser concluído da seguinte forma: há educação inclusiva nas aulas de Educação Física, ou seja, quantitativamente verifica-se que a obrigação legal está sendo cumprida, contudo, qualitativamente é o ponto que mais preocupa.

A metodologia aplicada de uma forma isolada pelo professor sem ser assessorado pelo corpo técnico, a redução da carga horária ou dos conteúdos sem uma análise aprofundada de como se fazer tal redução e finalmente as práticas que estão sendo aplicadas, demonstram haver uma necessidade de ser repensar a prática nas escolas.

Findando esta análise, ficou claro alguns pontos que deverão ser ajustados: especialização do corpo docente de Educação Física para a prática pedagógica inclusiva; participação do corpo docente de Educação Física nas reuniões de planejamentos; maior interação entre equipe gestora e os mesmos e intimamente uma análise mais elaborada de como a Educação Física inclusiva deva ser praticada, fugindo um pouco dos discursos teóricos perfeitos e indo ao encontro à prática possível.

Sendo assim, é necessária uma intervenção direta em todo o processo na educação inclusiva praticada pelas escolas, de forma a haver um melhor entendimento de como por em prática atitudes inclusivas com os alunos, deixando de existir a tal atitude “segregadora” de alguns professores e a crença em que não possuindo conhecimento o professor não sabe como e o que fazer, conforme teoriza Pedrinelli (2002), quando diz que os professores que não promovem a inclusão em suas aulas apresentam uma dessas duas características.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas sobre a temática em questão permitiram constatar os aspectos que têm permeado a inserção do aluno com NEE no sistema regular de ensino público e principalmente nas aulas de Educação Física. Os principais resultados apontaram que a educação inclusiva foi vista pelos participantes sob diferentes enfoques, desde definições mais próximas dos princípios de integração até definições mais relativas e amplas à educação inclusiva. O relato da maioria dos entrevistados evidencia uma posição favorável à inclusão dos alunos com NEE na educação regular de ensino público, talvez pelo fato de que o tema em questão esteja sendo muito mais discutido e valorizado, numa clara demonstração de respeito à diferença e compromisso com a promoção dos direitos humanos assegurados na Constituição Federal de 1988.

Os resultados apontaram que todos os professores de Educação Física envolvidos nesta pesquisa estão devidamente capacitados para atuar, mas necessitam buscar um aprofundamento maior em estudos que façam compreender que o aluno com NEE é capaz, possui potencial, desde que respeitada a peculiaridade de cada um, dadas as condições necessárias e estabelecido um vínculo afetivo entre todos os envolvidos neste processo de integração e aprendizagem.

É possível assegurar que os professores de Educação Física, dentre eles, são poucos os que têm buscado maior qualificação nesta prática aqui investigada, bem como há uma contínua transferência de responsabilidade neste processo pois alguns professores entrevistados assumem em seus depoimentos que ainda atuam em suas aulas com as mesmas metodologias tanto para os alunos ditos normais como os com NEE.

Outras fontes de dificuldades elencadas para o processo de inclusão nas aulas de Educação Física apontaram para as precárias condições estruturais e materiais das escolas. Pois as escolas investigadas necessitam de espaços melhor estruturados e adaptados para a prática inclusiva. O que existe é uma escassez de espaço físico, de material pedagógico para a prática da mesma, porém se faz necessário que o professor de Educação Física, amplie uma visão crítica dos conteúdos e práticas pedagógicas, e venha descobrir novos horizontes

que o dirija para uma prática docente capaz de atender a todos aos alunos de forma igualitária.

Sabe-se que as dificuldades imprimem um ritmo, mas não impedem o desenvolvimento; colocam barreiras, mas não fecham os caminhos. Temos que ser sensíveis para incluir a forma singular de cada sujeito, propor situações de aprendizagens e socialização, para que os alunos participem e consigam desenvolver suas potencialidades e habilidades, fazendo com que haja esta integração respeitada e aceita por todos os alunos envolvidos nas aulas de Educação Física.

Porém para que esta prática seja possível, é imprescindível um maior envolvimento da Secretaria Municipal de Educação, dos pais, da comunidade e de todos os educadores destas Instituições. É preciso que se ofereça a estes últimos condições de qualificação, acesso a informações, recursos pedagógicos, material de pesquisas, cursos de extensão entre outros recursos. É de grande importância a participação e atuação mais sistemática de toda equipe técnica, pois, somente assim, se poderá amenizar os conflitos e divergências de informações vividos entre professores e equipe administrativa.

Por fim, é fundamental que todos os envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem de todos os alunos, sejam eles alunos com NEE ou não, tenham uma visão que a educação inclusiva somente será uma realidade de maneira a atingir a todos, quando entenderem que o aluno é um ser social capaz de ser incluído e de interagir com uma comunidade, dentro de suas limitações e outros além delas, independente de suas particularidades incluindo suas necessidades especiais, e que a escola deve ser o espaço educacional a estimular e promover esta inclusão e interação.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, João Serapião de; DUARTE, Édison. **Educação inclusiva: um estudo na área da Educação Física**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 2, n. 12, mai./ago., 2005. Quadrimestral. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382005000200005>>. Acesso em: 04 out. 2011.

BAUMEL, R. C. R. C; CASTRO, A. M. (2003). **Materiais e recursos de ensino para deficientes visuais**. In: RIBEIRO, M. L. S & BAUMEL, R. C. R. C. *Educação especial: Do querer ao fazer*. São Paulo: Avercamp, 2003.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, v. 134, n. 248, p. 27833-841, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Diário Oficial da União**. Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc\\_anterior1988/emc\\_12-78.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc_12-78.htm). Acesso em: 04 out. 2011.

\_\_\_\_\_. LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília: Imprensa Oficial, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs** Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

CAMPOS, M. M. M., **Pesquisa participante: possibilidades para o estudo da escola**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo (49): 63-66, mai. 1984.

EDUCAR NA DIVERSIDADE: **material de formação docente**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

FALKENBACH, A. P., **Crianças com crianças na psicomotricidade relacional**. Lajeado, RS: UNIVATES, 2005.

GHIRALDELLI, P., **Educação Física Progressista**. Edições Loyola, 4ª ed., São Paulo, 1992.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução Márcia B. de M. L. Nunes. Rio de Janeiro: Guanabara, 4.ª ed., 1988.

GÓMEZ, G. R.; FLORES, J. G.; JIMÉNEZ, E. G., **Metodología de la investigación cualitativa**. Archidona: Aljibe, 1996.

GROSSI, Francisco V. **Socio-political Implications of Participatory Research**, in: Convergence XIV, n. 3, p - 43, 1981.

KASSAR, M. C. M., **Matrículas de crianças com necessidades educacionais especiais na rede de ensino regular: do que e de quem se fala?** In GÓES, M. C. R. e LAPLANE, A. L. F. Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 49-68.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, p. 270, 1991.

MANTOAN, Maria Tereza Eglêr. **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças**. 10 maio. 2005. Disponível em: [http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0182/aberto/mt\\_67180.shtml](http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0182/aberto/mt_67180.shtml) . Acesso em: 04 out. 2011.

MARQUES, Keury Gomes; DA SILVA, Renata Vanessa; DA SILVA, Rita de Fátima. **Atividades inclusivas na Educação Física escolar**. **EFDeportes.com Revista Digital**. Buenos Aires, v. 13, n. 119, abr. 2008. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd119/atividades-inclusivas-na-educacao-fisica-escolar.htm>. Acesso em: 04 out. 2011.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NOGUEIRA, Carolina de Matos. **TECENDO A HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA A CRIANÇA DEFICIENTE: o contexto histórico**. In: **A HISTÓRIA DA DEFICIÊNCIA: tecendo a história da assistência a criança deficiente no Brasil**.

NOVA ESCOLA. **O que eles ainda tem a nos ensinar**. Ano XVI, n.º 139, jan./fev. 2001.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.

PEDRINELLI, Verena Junghahnel. **Possibilidades na diferença: o processo de “inclusão” de todos nós**. Integração, Brasília, v. 4, p. 31-34, 2002. Edição Especial.

PEDRINELLI, V. J.; VERENGUER, R. C. G. **Educação física adaptada: introdução ao universo das possibilidades**. In.: GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. São Paulo: Manole, 2005.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, Ed. 1.<sup>a</sup>, p.

456. 1999.

STRAPASSON, Aline Miranda; CARNIEL, Franciele. **A Educação Física na Educação Especial. EFDeportes.com Revista Digital.** Buenos Aires, v. 11, n. 104, jan. 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd104/educacao-fisica-especial.htm>>. Acesso em: 04 out. 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Pesquisa Qualitativa: Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas; p. 116-173, 1995.

## ANEXO I

### QUESTIONÁRIO DE APLICAÇÃO (entrevista com o Docente de Educação Física)

1. Qual a sua formação acadêmica?

( ) Graduação em: \_\_\_\_\_

( ) Especialização em: \_\_\_\_\_

( ) Outros: \_\_\_\_\_

2. Você atua com Educação inclusiva?

( ) Não

( ) Sim. Há quanto tempo?

( ) Menos de 01 (um) ano;

( ) Entre 01 (um) e 05 (cinco) anos;

( ) Entre 05 (cinco) e 10 (dez) anos;

( ) Mais de 10 (dez) anos.

3. O que você entende por “Inclusão”?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4. Em que momento você adquiriu conhecimentos sobre a Educação Especial e/ou Educação Física Adaptada?

( ) Na Graduação;

( ) Na Pós-graduação;

( ) No Curso de Extensão;

( ) Em Palestras;

( ) Em leituras independentes.

5. Quais dificuldades você encontra em adaptar suas aulas?

( ) Falta de preparo;

( ) Falta de apoio pedagógico;

( ) Falta de experiência;

( ) Iniciativa da Instituição;

( ) Outros.

6. Quanto ao seu nível de conhecimento sobre Educação Especial e/ou Educação Física Adaptada para a elaboração de aulas que possam incluir o aluno com NEE?

( ) Não tenho conhecimento;

( ) Tenho suficiente conhecimento;

( ) Tenho bom conhecimento;

( ) Tenho muito bom conhecimento;

( ) Tenho amplo conhecimento.

7. O que diferencia sua maneira de intervenção pedagógica das crianças ditas como “normais” das com “NEE”?

- ( ) Metodologias diferenciadas;    ( ) Metodologias iguais;  
( ) Redução de carga horária;    ( ) Redução de conteúdo;  
( ) Outra. Qual?

8. A Educação Física pode assegurar igualdade de oportunidade para as crianças com NEE? Por quê?

- ( ) Sim    ( ) Não \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

9. O que seria necessário para que as crianças com NEE sejam incluídas nas aulas de Educação Física com mais frequência?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

10. Que tipo de apoio você recebe da sua escola para executar uma Educação Física Inclusiva?

- ( ) Material pedagógico adaptado;    ( ) Apoio pedagógico;  
( ) Curso de formação continuada;    ( ) Outros. Qual? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

11. Que tipo de atividades físicas e/ou brincadeiras proporciona ao educando especial um maior desenvolvimento motor e afetivo?

- ( ) Recreativas;    ( ) Lúdicas;  
( ) Tradicionais;    ( ) Jogos cooperativos;

12. Você acredita que a participação do aluno com NEE em aulas de Educação Física favorece a inclusão do aluno na Comunidade Escolar? Por quê?

- ( ) Sim    ( ) Não \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## ANEXO II

### QUESTIONÁRIO DE APLICAÇÃO (entrevista com a Supervisão e Direção Escolar)

1. Qual a sua formação acadêmica?

( ) Graduação em: \_\_\_\_\_

( ) Especialização em: \_\_\_\_\_

( ) Outros: \_\_\_\_\_

2. Você atua com Educação inclusiva?

( ) Não

( ) Sim. Há quanto tempo?

( ) Menos de 01 (um) ano;

( ) Entre 01 (um) e 05 (cinco) anos;

( ) Entre 05 (cinco) e 10 (dez) anos;

( ) Mais de 10 (dez) anos.

3. O que você entende por “Inclusão”?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4. Em que momento você adquiriu conhecimentos sobre a Educação Especial e/ou Educação Física Adaptada?

( ) Na Graduação; ( ) Na Pós-graduação;

( ) No Curso de Extensão; ( ) Em Palestras;

( ) Em leituras independentes.

5. A Educação Física pode assegurar igualdade de oportunidade para as crianças com NEE? Por quê?

( ) Sim ( ) Não \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

6. A Escola possui profissionais habilitados para atender alunos com NEE? Por quê?

( ) Sim ( ) Não \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



7. Qual a colaboração da Escola para os professores com alunos com NEE nas aulas de Educação Física?

---

---

8. Em sua opinião, nesta Escola os professores desenvolvem aulas inclusivas? Em que intensidade?

( ) Sim    ( ) Não \_\_\_\_\_

---

---

9. O que é necessário para que uma Escola seja considerada “Inclusiva”?

---

---

10. De modo geral, a Escola já oferece aos alunos com NEE todos os recursos à disposição da Administração?

( ) Sim    ( ) Não \_\_\_\_\_

---

---